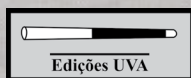


Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano



Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano

Sobral-CE
2019



Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano

© 2019 copyright by Carlos Augusto Pereira dos Santos (Organizador)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil.

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional.



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222 / 9 9846.8222

sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

Conselho Editorial

Adriana Brandão Nascimento Machado

Carlos Augusto P. dos Santos

Isorlanda Caracristi

Nilson Almino de Freitas

Regina Celi Fonseca Raick

Telma Bessa Sales

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Foto da capa

Passeio público, Fortaleza, 1919

Catálogo na publicação

Leolgh Lima da Silva – CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE

CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Reitor

Fabiano Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo

Ana Iris Tomás Vasconcelos

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Claudia Goulart de Abreu

Eneas Rei Leite

Francisco Helder Almeida Rodrigues

Israel Rocha Brandão

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Maria Adeline Monteiro da Silva

Maria Amélia Carneiro Bezerra

Maria José Araújo Souza

Maria Somália Sales Viana

Maristela Inês Osawa Vasconcelos

Raquel Oliveira dos Santos Fontinele

Renata Albuquerque Lima

Simone Ferreira Diniz

Tito Barros Leal de Ponte Medeiros

Virgínia Célia Cavalcanti de Holanda

N785 Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano. / Santos, Carlos Augusto Pereira. (Org.) - Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, 2019.
294p.

ISBN: 978-85-67960-25-8

ISBN: 978-85-9539-035-5

DOI: 10.35260/67960258-2019

1. Sertão. 2. Educação 3. Cultura.

I. Título. II. Santos, Carlos Augusto Pereira.

CDD 981.31

Sumário

Nossa História, Nossa Gente. À guisa de prefácio e apresentação / 5

Parte 1 - O sertão da água, da seca e da religião

1. “O rio é uma riqueza imensa”: Usos e tradições sobre a importância da água no sertão de Santa Quitéria-CE (1960-1980) / 9

Maria Malena Paiva Mesquita

2. As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota-CE (1980- 1990) / 19

Francisca Clédia Sousa de Oliveira

3. Os bastidores da seca: exploração dos trabalhadores nas frentes de serviço do Açude Araras, Varjota-CE (1951-1958) / 33

Letícia Rodrigues Gonçalves

4. Políticas públicas de combate à seca no município de Croatá-CE (1983-1996) / 45

Caubi Alves Braga

Naiane Nobre Martins

5. A seca e as obras de socorro no Ceará republicano (1889-1915) / 55

Pedro de Souza Filomeno Filho

6. Entre fanáticos e cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903) / 65

Raimundo Nonato Fernandes

Parte 2 - O mundo do trabalho e da educação

7. “Se a gente fosse viver só de trabalhar pros outros a gente morria”. Memórias da Casa Grande: moradores, rendeiros e agregados na cidade de Alcântaras-CE (1907-1920) / 85

Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara

8. “Depois foi que veio essa modernização”: as transformações nos engenhos de cachaça artesanal em Alcântaras-CE (1960-2000) / 95

Adelina Lopes Guimarães

9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreauá-CE: criação e processo de organização (1965 a 1990) / 103

Sebastião Ferreira Carneiro

10. O Ensino de História e cultura indígena em Hidrolândia-CE: a Lei 11.645 de 2008 e os meios para uma descolonização da imagem do indígena / 119

Paulo Ênio de Sousa Melo

11. Práticas de combate ao analfabetismo no Ceará / 133

João Henrique Brito Lima

12. A Educação na República / 145

Natanael Lopes Alves

Parte 3 - Culturas e sociabilidades diversas

13. Historiografia e cinema: percepções da diversidade na sétima arte / 157

Vinícius Pereira de Sousa

14. Espaços de sociabilidades homoafetivas em Sobral-CE (1950-2018) / 175

Alan Silva de Moraes

15. “Zé Maria mulher”: representatividade e resistência umbandista em Sobral / 185

Antonio Tarciano Aragão Sousa

16. “Mas digo uma coisa, não é a gente que cura, mas sim Deus”. Memórias de benzedeadas em Alcântaras-CE / 197

Maria Deiziane Lino

17. “Eu entrei nessa brincadeira quando eu era um menino”. Memórias sobre o reisado groaíense / 205

Raimundo Sousa Alves

18. Corpo em movimento, *Street Dance* e agências de patrimonialização cultural: uma experiência de pesquisa (Sobral-CE) / 221

Cleane dos Santos de Medeiros

Nilson Almino de Freitas

19. Ambivalências poéticas nas canções de Belchior – a ida e o regresso / 233

Francisco Sávio Barbosa do Nascimento

Parte 4 - Política e economia nas tramas do cotidiano

20. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua influência no interior do Ceará: memórias do Integralismo em Ibiapina / 247

Odail José Martins Freire

21. A economia e seus impactos: Uma análise sobre Camocim (1930-1950) / 255

Valério Samaronni Moraes de Queiroz

22. Emissoras de rádio de Camocim: o relacionamento com grupos políticos, cultura e comércio locais (1980-1989) / 261

Maely Alves de Mesquita

23. A história da República passa por aqui! Camocim-CE (1889-1950) / 273

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História.

À guisa de prefácio e apresentação

No semestre 2018.1, propusemos aos alunos da disciplina de História do Brasil III que escrevêssemos sobre a nossa gente, aquela que está mais próxima de nós, convivendo conosco ou mesmo um pouco distante num passado recente. A ideia era que se aproveitassem as pesquisas que estavam sendo feitas para a escrita dos seus respectivos TCC's e adaptássemos as temáticas para o período republicano, tempo que converge ao estudo da mencionada disciplina acima. Teríamos, portanto, uma espécie de painel do Ceará Republicana, pelos temas levantados nas primeiras aulas. Poucos alunos tiveram de sair do seu raio de pesquisa para cumprir com o objetivo final – publicar um livro com os artigos dos alunos em fase final de curso.

Durante todo o semestre, tivemos a discussão de uma obra que nos serviu de guia e inspiração: *Histórias da Gente Brasileira*. Volume 3, República. Memórias (1889-1950), de autoria da historiadora Mary Del Priore. Foi uma experiência interessante, pois cada vez que as discussões eram estabelecidas, sentíamos que aquelas histórias contadas, no caso do terceiro volume, narradas pelo viés da memória, eram questões que nos diziam respeito, que já ouvíamos contar pelos nossos pais e avós.

Por outro lado, constatamos também que estávamos espacialmente longe dos exemplos contados nas diversas partes do livro referenciado. Apesar do fôlego e do abarcamento da obra empreendida por Mary Del Priore¹, o Nordeste e, especialmente o Ceará, pouco são citados. Logicamente que compreendemos os limites de um projeto editorial desta envergadura e da logística de pesquisa. Para nós, longe disso ser um aspecto desmotivador, ao contrário, fez com que, como se preenchêssemos uma lacuna, jogássemos todas as nossas forças na construção de histórias que representassem e contassem um pouco mais de nós.

O resultado foi a escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiraram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

¹ *Histórias da Gente Brasileira* é um projeto editorial escrito pela historiadora Mary Del Priore que cobre os diversos períodos da História do Brasil. Volume 1 – Colônia, Volume 2 – Império, Volume 3 – República (1889-1950) e Volume 4 (1950-2000), publicados pela Editora LeYa, 2017.

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Um último aviso ao leitor. Os textos aqui reunidos são de alunos em formação, mesmo estando em fase final de conclusão de curso. Expressam, portanto, suas trajetórias acadêmicas dentro de seus limites e potencialidades e devem ser entendidos e compreendidos dentro dessa dimensão. Como organizador, procurei interferir o mínimo no processo de orientação da escrita e incentivei que eles dividissem os processos de escrita com seus orientadores. Daí que, a maioria dos textos, já serem partes de suas monografias ou artigos finais de curso.

6 | Dizer, finalmente, que foi gratificante compartilhar saberes e ensinamentos com todos vocês, por isso o faço nominalmente: *Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antonio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samaronni Moraes de Queiroz e Maely Alves de Mesquita.*

Boa leitura a todos!

Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.)

Camocim, outubro de 2018.

9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreaú-CE: criação e processo de organização (1965-1990)

Sebastião Ferreira Carneiro¹

Introdução

A preocupação central deste trabalho é compreender como se deu o processo de formação sindical no Brasil, notadamente em Coreaú, em 1965, deu-se início, no sentido de se entender questões da formação e do movimento sindical no período da ditadura militar, processos estes que se desencadearam em todo o país. No Ceará, tivemos a criação da FETRAECE (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará), que representa os sindicatos rurais no Ceará. Em Coreaú-CE, a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - movimento este que teve a participação da Igreja Católica, teve um papel importante nessa organização para representar esta classe juntamente com outras associações sindicais nos movimentos na esfera estadual e federal, na busca por direitos e melhores condições de vida. |103

Neste estudo, portanto, é analisada a organização dos trabalhadores rurais no município de Coreaú², tendo em vista o papel exercido pela Igreja, qual sua contribuição na criação do sindicato dos trabalhadores rurais. Para tanto, é feita uma análise sobre os problemas da exploração e a falta de acesso à terra, além do processo de organização dos trabalhadores rurais. Para desenvolver essa análise, foram utilizados relatos de pessoas que vivenciaram esses momentos na prática. Para compreendermos melhor essa organização, nos fundamentaremos na historiografia específica do tema.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

² O município de Coreaú, situado no estado do Ceará, localizado na microrregião de Coreaú, mesorregião do Noroeste Cearense. Segundo dados do IBGE, sua população estimada em 2017 é de 23.107 habitantes, sua área é de 775,7 km². O topônimo tem origem no tupi-guarani cúria (ave aquática de pequeno porte) mais iu (beber) e significa: Águas dos Curiós, a ceva dos curiás. Sua denominação original era Várzea Grande, depois Palma e desde 1943, Coreaú. Nessa conjuntura, a partir do século XVIII com a expansão da produção da pecuária do Ceará, surge uma fazenda e ao redor desta um núcleo urbano conhecido como Fazenda Várzea Grande, vinculado à vila de Granja. O município tem 4 distritos: Coreaú (sede), Araquém, Aroeiras, Canto e Ubaúna e suas diversas localidades. Sua economia ainda hoje é voltada para a agricultura por ser uma cidade do interior do estado e não ter outra fonte de renda para subsistência dos trabalhadores. Sempre teve sua economia voltada para agricultura, coube com a iniciativa da Igreja Católica em 1965, a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreaú – STRC, para tornar essa classe trabalhadora organizada e que fosse a principal fonte de renda no campo do município.

Por outro lado, buscaremos evidenciar como são construídas as “alternativas” geradas pela organização sindical na busca por melhorias, direitos e segmentos com o intuito de amenizar os problemas enfrentados por esta classe trabalhadora. Seja nos grandes municípios ou nos pequenos, as formas utilizadas para organizar os camponeses tiveram princípios semelhantes, mas foram adaptadas em alguns momentos para se enquadrar em determinadas regiões. Assim, concluímos que os sindicatos rurais e as associações que desenvolveram atividades voltadas para o campo foram fruto de lutas e estratégias dos agricultores que tiveram coragem de enfrentar os latifundiários. Por outro lado, mesmo com todas essas lutas, a concentração de terra e o desrespeito ao trabalhador rural ainda se mostram presentes nos dias atuais.

A busca pela formação e organização sindical

O Brasil é um país marcado por uma grande quantidade de pessoas com condições de vida e de trabalho camponesas, ou seja, trabalhadores rurais pobres que vivem somente da agricultura, do trabalho no campo para sustentarem suas famílias. Até hoje vivem na luta por melhores condições de vida. Pautadas nesse aspecto, a riqueza e a miséria convivem em espaços muito distantes no cotidiano, apresentando grandes índices de desigualdades que, de alguma forma, estão na base da formação dos movimentos sociais.

104 |

Situando o processo de formação sindical rural por volta da década de 1960, temos os grandes latifundiários com suas grandes plantações e criatórios de gado. Com pouca terra para trabalhar e sendo explorado diretamente pelos grandes proprietários, temos o agricultor, o sem-terra, aquele que precisa de um lugar para produzir sua alimentação, na qual vai depender do grande proprietário, arrendar sua terra e fazer sua roça e com isso sobreviver, dando parte desta produção para o dono da terra, que já faz é importar aquilo que ele produz. Assim, neste território chamado Brasil, existem realidades sociais e econômicas muito diferentes entre si e um índice de desigualdade enorme que perdura até os dias de hoje.

A luta por melhores condições de vida do homem do campo, posseiros e agricultores, culminou com a luta pela terra, pela posse da terra sobre os domínios dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terras. No passado, período de ocupação do Brasil, sabemos que os colonos entraram em territórios habitados pelos índios, dando início às lutas dos nativos contra os poderosos que atropelaram os seus direitos. Assim, vemos que esse processo de imposição e disputa da elite sobre os camponeses, a classe menos favorecida, vem desde o processo de conquista dos portugueses.

Assim, nessa perspectiva, a história do Brasil é marcada por muitos conflitos entre brancos e camponeses e a causa destes conflitos era a luta por

terras, por direitos negados, tomados. Também pela implantação do projeto da reforma agrária, começaram então as resistências, as revoltas, as lutas camponesas, começando a se organizarem, a se unirem.

Deste modo, a partir de meados da década de 1950 surgiram as primeiras Ligas Camponesas no Brasil, emergindo na cena política diferentes categorias de trabalhadores em luta, com conotação de um movimento radical de contestação ao sistema de monocultura, à mecanização e à estrutura fundiária, que tomava o nome de latifúndio, sinônimo não só de grande propriedade, mas também das formas de dominação e opressão. Não se tratava apenas de um movimento camponês, pois estava envolvido nessa formação o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha sido legalizado recentemente. Como podemos perceber, o Partido Comunista Brasileiro buscava ganhar espaço no campo e, por outro lado, temos a necessidade dos camponeses em buscar um meio para lutar pelos seus direitos. Assim, as primeiras ligas começaram a ganhar corpo. Melo e Silva nos fala:

[...] não se deu apenas para mobilizar o campesinato em torno da questão da terra e dos problemas agrários na zona rural brasileira, mas, sobretudo na tentativa de expandir sua área de influência do meio urbano para o meio rural gerando desta forma um elo entre operários e camponeses, além de possibilitar assim, sua luta contra o latifúndio e o imperialismo, pontos definidos como relevantes em seus congressos³. |105

Porém, a institucionalização dessas Ligas Camponesas não chegava a ameaçar a ordem do controle do Estado, colocando em xeque a “ordem” institucional, mas aproveitando-se de todos os canais legais existentes para encaminhar com suas lutas e, em curto período de existência, já se alastravam por várias cidades e alguns estados pelo país, causando um descontentamento entre aqueles que tinham o poder sob seu controle, pois com esse início de organização, já se sentiam ameaçados.

Criou-se um ambiente de discussões e disputas políticas em torno das Ligas Camponesas, tendo o advogado e deputado Francisco Julião à frente de amplos aspectos nos movimentos. Defensor da causa dos camponeses, Francisco Julião, que também era membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), passava para o movimento uma nova impressão, a de que não estava somente representando aquele grupo de trabalhadores. Montenegro nos diz:

Num curto espaço de tempo transformará essa luta numa bandeira de todos os trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil. [...] Transformam-se, segundo grande parte da imprensa, dos

³ MELO E SILVA, Thiago Moreira. A presença das Ligas Camponesas na região Nordeste. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-29.

políticos e mesmo da sociedade civil, numa grande ameaça à ordem social e sobretudo à 'paz agrária' dos latifundiários⁴.

Com isso, as associações eram criadas e dirigidas por membros de partidos políticos. Temos o (PCB) Partido Comunista Brasileiro, que teve participação ativa nesse processo, bem como na ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que deu um outro patamar a esse movimento. As Ligas Camponesas, no entanto, não empreenderam maiores esforços na formação de sindicatos oficiais, privilegiando, nos anos 1960, organizações livres e autônomas. Portanto, conforme considera Leonilde Medeiros:

Das forças que procuraram articular o movimento camponês, quatro grandes linhas se configuram: o PC, que colocava a luta pela terra como componente para a revolução democrático-burguesa, as Ligas que realçavam o potencial revolucionário da luta pela terra enfatizando o papel do campesinato, os setores moderados da Igreja que viam na luta pela reforma agrária moderada as condições para 'se fazer a revolução antes que o povo a faça', e, finalmente, os católicos radicais, que surgiram no movimento camponês já em seu período final e que tinham como proposta tentar buscar o 'ideal histórico' do movimento⁵.

106 |

Esses movimentos sociais ligam-se às ações coletivas feitas por grupos padronizados com perseverança de mudanças sociais através de embate político, em favor de seus princípios e ideologias que consistem em determinar a sociedade e de âmbito exclusivo, intercalados por preocupações sociais. Pois, em meados do século XX, temos a formação de diversos sindicatos tanto rurais como também de operários, assim, podemos analisar este aspecto dentro de um contexto histórico, relacionando um ao outro.

O processo de constitucionalização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Ceará se deu através de diversos fatores que aconteceram e foram contribuindo para que ganhassem experiência na forma de organização principalmente através das Ligas Camponesas. Além disso, surgiram outros setores que buscavam a sindicalização rural para contornar os problemas que viviam surgindo no campo, e que não eram poucos. Segundo Denise Silva:

A propagação do ideário comunista constituía-se em uma das preocupações de alguns setores da igreja Católica, fazendo com

⁴ MONTENEGRO. Antônio Torres. As Ligas Camponesas e os conflitos campo. *Saeculum*, Paraíba. Cf. Nota 8, p. 14.

⁵ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil. (1945-1964)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/USP, 1982, p. 141.

que esta se propusesse a levar adiante a criação de sindicatos de trabalhadores rurais para impedir a formação das Ligas Camponesas. [...] esse momento era muito oportuno para a Igreja Católica, quando esta já vinha desenvolvendo desde a segunda metade da década 1940 trabalhos sócio-educativos com as populações rurais⁶.

Além disso, no começo da década de 1960, outro fator que contribuiu foi a dissolução das Ligas Camponesas, através de fatores internos entre os seus líderes, nas ideias divergentes que pensavam como deveriam ser organizadas as ligas. Isso fez com que a busca pela sindicalização ganhasse ainda mais espaço como meio para fortalecer as reivindicações dos camponeses e fornecessem uma base jurídica, inserindo as reivindicações dentro dos trâmites legais, que eram propostos naquela época.

Mas logo no início da década de 1960 seria interrompida com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart e iniciou a ditadura militar e que afetou esse processo em todo o território nacional, inclusive no Ceará, impondo novas leis e prendendo aqueles que se manifestavam contra o novo governo. Com isso, as criações de sindicatos pelo país passaram a ter dificuldades e sendo impostos novos controles sobre suas criações.

Nesse estudo, podemos perceber que o contexto da formação sindical cearense, na qual a formação dos sindicatos surgiu na década de 1920, não eram ainda sindicatos rurais, mas sim, já se tratava de fortalecer os trabalhadores na busca por direitos. Nesse caso, primeiramente os trabalhadores urbanos, sejam eles assalariados, pescadores ou lavradores, os sindicatos tinham como idealizadores os representantes da igreja. Nessa linha de pensamento, segundo o sociólogo Ronald Albuquerque:

As primeiras organizações sindicais no Estado do Ceará, são ainda da década de vinte, quando a igreja católica, seguindo a orientação emanada da *Rerum Novarum* passa a atuar no contexto da sociedade civil [...] Dessa maneira levantava as condições de vida e trabalho dos operários organizando-os em entidades sobre direção da própria igreja, como era o caso dos círculos operários e das agremiações ligadas a Legião Cearense do Trabalho⁷.

Nessa perspectiva, podemos constatar que em relação ao campo ainda não estavam sendo estruturados projetos para organizar os trabalhadores.

⁶ SILVA, Denise Maria Melo da. *Desafios e limites da prática política do sindicalismo rural*: Um estudo de um caso em São Paulo do Potengir / RN. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio grande do Norte, 2006, p. 25.

⁷ ALBUQUERQUE, Ronald Figueiredo. Igreja, *Sindicatos e a organização dos trabalhadores*. 205 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991, p. 97-98.

Nesse momento, o interior era uma grande extensão de terra com populações que, em sua maioria, viviam muito afastadas uma das outras e suas atividades estavam diretamente ligadas ao clima. Por isso, em períodos de secas e no verão, muitas atividades paravam, as dificuldades dificultavam a sociedade rural em si, tanto pela falta da contribuição, ajuda do governo, mas principalmente da organização social, da falta de organização sindical em busca de melhorias, de melhores condições de vida, faltava o papel de liderança, de incentivador e representativo dos sindicatos rurais.

A forma como o homem do campo via o dono da terra foi um dos fatores preponderantes que marcaram esse processo de criação e organização, pois o fato deles poderem trabalhar e viver na terra do patrão acabava criando uma ideologia que tornava o proprietário uma espécie de um “homem bom”, mesmo que o trabalhador rural não tivesse nenhum direito sobre a terra, mas existia aquele medo, respeito pelo senhor da terra.

Com isso, esse fato fez com que os trabalhadores fossem submetidos aos interesses dos proprietários, a não buscarem meios para se organizarem por terem em mente a lealdade ao patrão. A própria Igreja Católica favorecia essa estrutura, causando um retardamento no contexto de formação e ideologização do sindicato, face ao meio de convivência não lhe dar chances de tomar atitude e partir para a luta em busca de seus direitos.

108 | Toda essa estrutura foi fortalecida pela cultura do sertanejo, que buscava respeitar aquilo que ele tinha como honra, ou seja, servir ao seu patrão sem questionar a sua própria existência de explorado. Isso era fruto da forma como se estabeleciam as relações no sertão, onde qualquer ato desagradável para com o patrão era considerado um ato imoral, estruturando-se a partir daí uma ideologia dominante.

Nessa contextualização, na sua maioria os trabalhadores rurais não tinham onde produzir sua safra e dependiam da terra para trabalhar, pois as terras estavam concentradas nas mãos dos fazendeiros, ou eles trabalhavam na terra do proprietário rural, e com isso pagavam renda exorbitante, ou alguns deles moravam nas terras destes proprietários e, com isso, ficavam à sua mercê, das suas ordens. Nesse período não havia uma organização sindical, trabalhavam desorganizadamente. Com isso não havia união, pensamento de organização em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Foi com o despertar de líderes sindicais, sejam eles de partidos políticos ou da organização da Igreja Católica, que começou a busca por direitos, que no decorrer dos anos, passa a ser significativa.

Portanto, nesse contexto, a formação de associações começa a consolidar-se e será um dos principais motivos que influenciarão definitivamente a opção por esse tipo de organização, que terá as dificuldades legais para a criação desses sindicatos. Pois era necessária certa quantidade de pessoas

para ser de fato uma instância sindical, exigência da mesma legislação, que dificultava todo esse processo de serem postos em legalidade, pois o governo deixava organizar, criar um sindicato, mas que deveria seguir as normas regidas pelo governo, pelo ministério, mais precisamente durante o Estado Novo foram criados mecanismos de controle suficientes para manter atrelada a estrutura sindical ao Estado.

Nesse ideário, eram fundamentais para o Ceará essas indicações do PCB, já que o nosso estado tinha como característica na época ser uma área em que predominava a atividade agrícola. Como vivemos em um estado da região Nordeste do país, a agricultura e a pecuária na economia cearense, no tocante a renda, eram e ainda são muito importantes, um dado interessante porque indica o tipo de crescimento econômico que se está processando no estado, assim como o papel que ela cumpre na determinação da população economicamente ativa, o poder da oligarquia agrária, o poder financeiro e político que os fazendeiros tinham naquele tempo.

Foi, portanto, que aparentemente se propiciou a proliferação das associações, com a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada no Ceará, e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC) em 1955. Para sua fundação, contou com associações do interior do estado, o que demonstrava a expansão da organização dos trabalhadores rurais e sua representatividade que passaria a se consolidar. |109

No entanto, essas associações estavam dispostas a lutar pelos direitos dos trabalhadores, ou mesmo que eles tivessem uma base significativa a ponto de modificar o perfil das relações de produção do interior cearense. É de se supor que em tão curto espaço de tempo não se constituísse uma base capaz de compreender as razões da exploração a que estavam submetidos, da mesma forma que seriam incapazes de perceber a necessidade da luta contra a propriedade privada da terra, que era o grande empecilho dos movimentos e lutas.

Desta maneira, a luta pela hegemonia na organização sindical permitirá um redimensionamento da luta política com uma presença constante dos trabalhadores na vida institucional do país, disputando cargos e reivindicando leis protetoras do trabalho contra o capital. Poderia acrescentar que a presença comunista dará maior consistência, apesar do controle que passará a ser exercido pelo partido comunista brasileiro sobre a classe em formação.

Formação sindical e seu processo de organização

O processo de formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreaú (STRC) teve o pontapé inicial, quando da sua criação, por volta da dé-

cada de 1960. Constituiu-se através de pequenas reuniões que caminharam para a formação da organização dos trabalhadores, onde no início de 1965 a ideia de construir o meio de se organizarem foi concretizada. Isso só foi possível graças a um treinamento um ano antes de um de seus fundadores, idealizado pelo vigário de Coreaú à época, Padre Pontes, da Diocese de Sobral, como apoio das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB). No arquivo que se encontra nas dependências na sede do STRC, em documento escrito em 2005, por ocasião da comemoração dos seus 40 anos, temos o registro que nos diz:

Dia 15 de agosto de 1964, o jovem Antônio Machado de Albuquerque, que nasceu e criou-se na localidade Escalvado, deste município, chegara em sua residência, encontrando uma carta do Vigário da Paróquia, Pe. Pontes, cuja carta convidava-o para participar de um treinamento sobre SINDICALISMO. O encontro foi realizado de 05 a 11 de outubro de 1964. De Coreaú foram 04 pessoas: Antônio Machado de Albuquerque, Edemar Teles Moreira, José Francisco de Menezes (Zé Lolosio) e Francisco das Chagas Montezuma (Chico Anjo)⁸.

110 | De início o sindicato tinha o objetivo de manter o controle e “poder” sobre essa classe trabalhadora. Na época, o Ministro do Trabalho e da Previdência Social era o Dr. Júlio Barata, e Emílio Garrastazu Médici, o Presidente da República. Oficialmente publicados os atos de criação dos sindicatos no Diário Oficial da União, objetivava o governo ter um controle sobre as pessoas que conviviam no campo, e com sua legalização com a intermediação da Igreja, os sindicatos se tornavam como algo mais benéfico e controlador daquelas pessoas tão distantes e desinformadas, que poderiam se dispersar ou se revelarem contra o governo.

Para a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreaú, como vimos anteriormente, contou-se com a presença e participação da Igreja Católica, com o vigário da Paróquia, Pe. Pontes, cuja carta convidava alguns letrados da época para participar de um treinamento sobre SINDICALISMO. O encontro foi realizado em 1964; de Coreaú foram alguns representantes, pessoas que foram os idealizadores da criação do sindicato, do qual se tornaram membros por vários anos, dentre os quais o ainda jovem na época, Antônio Machado de Albuquerque, que participava das Comunidades Eclesiais de Base e perdurou como representante sindical até por volta de 2008, mas que continua sob a liderança de membros da sua família.

O membro atual da direção do sindicato, Antônio Machado de Albuquerque Neto, que é neto de um dos integrantes que participou do treinamento

⁸ Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreaú. Acervo do sindicato. 2005.

para a criação sindical em 1965, nos fala desse processo inicial do sindicato, que era mais de assistencialismo, forma de sindicalismo da época vinculados à Igreja e não de luta sindical, propriamente dita:

Por causa da representação das comunidades eclesiais, a Igreja propôs a criação do sindicato, posso assim dizer [...] que era só o nome, porque como fosse assim uma associação qualquer; não tinha credibilidade, não tinha poderes, porque era representativa [...] a gente assim [...] a população ainda não conhecia o que era sindicalismo, tanto que essa sede aqui só foi construída, terminada uns 10 anos depois da fundação do sindicato [...]⁹.

Por conseguinte, com o passar dos anos de forma destacada, o sindicato ganhou adesões por trazer benefícios, entre eles bolsas, consultas, assistência médica para aquelas pessoas que eram esquecidas pelo governo. O historiador Antônio Francisco relata em sua monografia como se deu esse processo, da sua importância, dos benefícios conseguidos, como se fosse o programa do Sistema Único de Saúde (SUS) de hoje. Mas que não chegava a ser um programa, e sim um meio assistencialista para manter aquele grupo de pessoas envolvidas com aquele projeto, que de certa forma era político, pois era idealizado pela Igreja e com o apoio dos governos ditatoriais na época, beneficiando essa classe, por ser uma alternativa que ajudava na sua subsistência: |111

No campo da educação, houve também algumas conquistas que aconteceram na década de 1970 por intermédio do Programa Especial de Bolsa de Estudo (PEBE), que ofertou 120 bolsas para filhos dos associados. Estes buscavam alguma formação para os filhos dos agricultores, em um momento no qual a educação coreauense era muito restrita. Devemos ressaltar que não era um benefício que atendia a todos; a demanda era muito grande e muitos pais queriam que os filhos tivessem oportunidade de ter uma formação¹⁰.

Os contatos com a comunidade visando à sindicalização eram anunciados nas igrejas através das missas. Neste sentido, a Igreja aproveitava-se bem de uma estrutura com profundas raízes nas populações rurais. Quando chegava às comunidades, tinha trabalhadores a esperar seus anunciadores, sempre atentos às suas palavras e seguindo suas ideologias. Vejamos como

⁹ Antônio Machado de Albuquerque Neto, 24 anos, agricultor. Entrevista realizada pelo autor em 28 de agosto de 2018. Coreaú-CE.

¹⁰ SOUZA, Francisco Antônio. *Morrer na luta é heroísmo. Fugir da luta é covardia. O processo de organização e das lutas dos agricultores em Coreaú-CE (1965 – 1988)*. Monografia. Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2018, p. 37.

destacou o entrevistado Antônio Machado de Neto sobre o sindicalismo vinculado à Igreja:

A Liga Camponesa tinha mais um perfil de luta do que o próprio sindicato [...] porque no início do sindicalismo ligado à ala da Igreja, ele foi permitido pela ditadura, pelos governos da ditadura [...] então eles tinham aquela ideia de querer de alguma forma ter o controle, entendeu, dos movimentos sociais. Aí eles permitiram nesse sentido [...] porque naquela época tinha médico, tinha dentista, tinha farmácia, era o que eles chamavam de sindicalismo amarelo ou o sindicalismo pelego, que era um sindicalismo muito mais assistencial do que um sindicalismo de luta, de movimento, por ter se gerado com a iniciativa da Igreja¹¹.

Com o passar dos anos, sentiu-se a necessidade de lutar. Falava-se então da necessidade de organização dos trabalhadores no sindicato, com o objetivo de lutar, participar juntamente com as outras organizações, dos movimentos sindicais, sejam nas frentes estadual ou federal. Havia a necessidade de união de todos em benefício da coletividade. Com os objetivos dos movimentos de lutas liderados pelo movimento sindical, passou-se a ter uma nova realidade nas vidas de homens e mulheres trabalhadoras rurais.

112 | A princípio, isto se dava na organização dos sindicatos da região, que contou com o apoio de alguns proprietários que eram a favor dessa criação, mas isso não era algo corriqueiro. Mesmo sendo os sindicatos ligados à Igreja, vários donos de terra ameaçavam seus empregados, criando as primeiras dificuldades numa região que não conhecia, até então, nenhuma mobilização de trabalhadores rurais. Os grandes latifundiários sabiam que estava se criando algo benéfico aos trabalhadores e não para a sua classe, mesmo sendo o sindicato uma entidade com feição assistencialista, organização conjunta com a Igreja Católica e o governo, precavendo-se do avanço comunista que se instalava em todo o estado.

Os trabalhadores continuavam sem ter terra para cultivar, a não ser aqueles que tinham algum grau de compatibilidade com alguns donos de terras, ou seja, trabalhando constantemente para aquele proprietário e ganhando uma pequena quantia em dinheiro, ou alimentos como forma de pagamento, submetendo-se à proteção de um proprietário de terra. Com isso, eles cediam a terra para cultivo, mas ainda existindo o pagamento da renda por aquilo que foi colhido.

Neste caso, tinha a casa e uma área para plantar o feijão, o milho, a mandioca e outras sementes de plantio para seu sustento. Durante as moagens,

¹¹ Entrevista concedida por Antônio Machado de Albuquerque Neto, 24 anos, agricultor. Em 28.08.2018.

recebiam alimentação e um salário suficiente apenas para o atendimento de algumas necessidades mais imediatas, eram apenas o mínimo, não reconheciam seus direitos que eram estabelecidos por lei e que não eram seguidas. Mas, com o passar dos anos e a participação ativa do sindicato nos movimentos, ou seja, a idealização dos movimentos sociais por todo o país, esse quadro começou a mudar. Começaram a propor políticas voltadas para o homem do campo, juntamente com a Igreja, com o objetivo de conter o avanço comunista que se estabelecia sobre esse movimento.

O partido comunista passaria a ter representação política nos partidos de esquerda dentro desses movimentos sindicais, travando assim uma disputa pela liderança e o controle desses movimentos. Depois veio o Partido dos Trabalhadores (PT), que passou a ter uma maior visibilidade e consequentemente maior representatividade, não só o sindicato dos trabalhadores rurais, mas também com o sindicato dos metalúrgicos, ganhando mais representação tanto em Brasília, no Congresso Nacional, como também nas Assembleias Legislativas.

No entanto, o crescimento e a extensão das delegacias dos sindicatos nos distritos e localidades do município, permitiu inclusive que fossem informadas às diretorias dos problemas existentes nas bases, ao mesmo tempo em que serviu de espaço para a ampliação das questões referentes à categoria. Neste caso, se dá um processo de comunicação das ações dos sindicatos, permitindo que fiquem os trabalhadores informados das ações existentes em toda área abrangida pelo sindicato, formando, portanto, uma rede de informações e discussões que facilitasse o trabalho de ampliação dos quadros sindicais. |113

Também para melhor informação, e com o passar dos anos, passou-se a ter um programa no rádio aos sábados, que tinha o objetivo de melhorar a divulgação e a informação aos associados, que durou vários anos. Este tipo de assistencialismo pode ser visto nos documentos do sindicato:

Em 1971 conseguimos gabinete odontológico. Em 1993 conseguimos ambulatório médico que funcionou por muitos anos. Em 1973 conseguimos 120 bolsas de Estudo pelo PEBE (Programa Especial de Bolsas de Estudo), tendo sido beneficiados durante muitos anos, filhos de associados. Hoje tem sócios cidadãos formados. Nossa primeira vitória foi após a Fundação ter impedido que 328 famílias de Trabalhadores Rurais, não pagassem renda em uma área de terra da União e conseguido a titulação para os trabalhadores rurais de Feitoria¹².

Nessa relação, entre rádio, Igreja e educação dos trabalhadores, o Movimento de Educação de Base (MEB), foi uma referência na prestação de serviços de educação de base e alfabetização de jovens e adultos para as po-

¹² Relatório. 2005. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreaú-CE.

pulações excluídas da sociedade. E também na criação de associações comunitárias. O rádio foi um veículo de comunicação muito importante de fortalecimento do movimento e da Igreja, por meio das rádios pertencentes às igrejas. A Historiadora Viviane Bezerra Prado nos revela esses fatos em sua pesquisa:

Integrada a essa orientação, situam-se as emissoras católicas Rádio Educadora do Nordeste, de Sobral, apoiando os programas *Encontro com o MEB* e *Encontro das Comunidades*, do Movimento do Dia do Senhor, e Rádio Assunção, de Fortaleza, veiculando o programa do MEB estadual, *A Escola em sua Casa*, em sintonia com as propostas assumidas pela Igreja – Povo, com vistas ao desenvolvimento integral do meio rural¹³.

114 | Com o advento das forças sindicais pelo país, mesmo no regime militar, o movimento sindical foi fundamental no processo de derrubada da ditadura que, com a participação e direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará, (FETRAECE), estas, apesar de estarem sob intervenção, continuavam levantando propostas como a reforma agrária e o cumprimento da Legislação Trabalhista no campo. A união de todos e de centrais sindicais como a CONTAG foi preponderante para esse avanço nas conquistas que chegavam para o homem do campo.

A Igreja como idealizadora da formação sindical em Coreaú

O processo da organização dos trabalhadores facilitou a aproximação da Igreja Católica com a burguesia dominante, até porque a reação do catolicismo é de disputar as massas no contexto de suas lutas, de sua organização, elaborando uma doutrina de complementariedade das classes no sentido de promover o bem-estar da sociedade. Para isso, conta com a sua estrutura que é ampliada de forma a se fazer mais presente entre as camadas mais pobres, que era muito carente desse convívio e envolvimento com a sociedade, e de começar a ter participação ativa nesse processo de idealização. Nessa contextualização, a historiadora Viviane Prado Bezerra nos relata como se deu esse processo da participação da Igreja e do partido político nesse processo:

Assim, a Igreja Católica atua no campo de disputas pela organização e orientação política – ideológica da classe trabalhadora. A década de 1960 constitui um período de lutas e

¹³ BEZERRA, Viviane Prado. “A Igreja está ao lado da libertação”: experiência de uma pastoral popular no contexto da ditadura militar no Ceará. Revista Historiar, Sobral, ano II, n. I, 2010, p. 88.

manifestações populares que atrai cada vez mais o apoio de grupos de esquerda. A atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a formação das ligas camponesas ajudaram na articulação dos camponeses atraindo, para o campo, a atenção do governo e de latifundiários, que viam, na reivindicação pela reforma agrária, ameaça aos seus interesses¹⁴.

Nesse momento, a Igreja Católica começou a voltar seus projetos para o campo, criticando as relações que se mostravam fortalecidas mesmo com as transformações sociais e tecnológicas. Neste contexto, o campo estava buscando se inserir na nova modalidade de capital associado à tecnologia, volta-da para o lucro e exploração do trabalho. Nascimento aponta isso na sua fala:

A partir da década de 1970, a Igreja lança documentos críticos em relação ao problema da terra no Brasil. A crítica da Igreja se dirigia ao processo de acumulação e especulação do capital da terra que foi utilizado amplamente pelas empresas modernas com técnicos sofisticados, mas que também, com a utilização da escravidão, principalmente, a escravidão por dívidas no regime de peonagem¹⁵.

Acentua-se, nesse processo, a organização dos trabalhadores rurais de Coreaú, que teve início em meados da década de 1960, momento em que a luta no campo começou a ganhar força. Esse processo teve forte influência da Igreja católica, especificamente da Diocese de Sobral, que se tratava, ao mesmo tempo, de duas vertentes: uma busca pela organização dos camponeses e a outra embasada em uma ideologia política contra o comunismo, onde se tinha o Movimento de Educação de Base (MEB). A historiadora Viviane Prado Bezerra nos diz: |115

O sindicalismo e a reforma agrária despontam como uma questão de relevo em documentos episcopais desde a *Rerum Novarum*. Esses temas são tratados pela Doutrina Social da Igreja, como alternativa ao projeto de sociedade do socialismo e comunismo. De acordo com a Doutrina, os sindicatos eram permitidos, sem desvio de suas '*finalidades legítimas*': organização e reivindicação dos trabalhadores de forma pacífica, com harmonia entre patrões e trabalhadores, capital e trabalho¹⁶.

¹⁴ BEZERRA, Viviane Prado. Dissertação de Mestrado. *Por que se nós não agir o pudê não sabe que nós isiste nu mundo*: O MEB e o dia do senhor em sobral. (1960 – 1980). Universidade Federal do Ceará, 2008, p. 18.

¹⁵ NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. *Educação do campo e políticas públicas para além do capital*: Hegemonia em disputa. 301 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p. 127.

¹⁶ BEZERRA, Viviane Prado. "A igreja está ao lado da libertação": experiência de uma pastoral popular no contexto da ditadura militar no Ceará. *Revista Historiar*, Sobral, ano II, n. I, 2010, p.84.

Faz-se importante ressaltar que o princípio da organização seguiu as orientações estabelecidas pela Igreja e não se tratava ainda de fortalecer a luta por transformações, mas sim de uma organização harmoniosa. Não se buscava, nesse momento, de enfrentar os grandes proprietários ou mudar a relação exploratória do trabalhador, mas apenas organizar os trabalhadores em uma categoria com representatividade, nesse caso, o sindicato.

Desta maneira, a Igreja tinha participação no processo de organização do campo, que naquele momento tinha caráter urgente. A dependência que se estabelecia entre trabalhador sem-terra com o proprietário da terra somente poderia derivar da gratidão, respeito por aquele que dava sua terra para sua produção, tanto que nem despertavam o interesse de buscar lutar por seus direitos.

Considerações Finais

Podemos observar que desde o processo de ocupação, as terras foram privilégio das famílias tradicionais, um fato que ainda se mostrava vivo na década de 1960 e se mantém atualmente em algumas comunidades. Nessa mesma situação, temos a ocupação dos escravos que tinham convivência direta com seus patrões, motivada pelas atividades executadas na região. Fazendo um paralelo entre os fatos estabelecidos nas relações no século XX com o que se apresentava no início da colonização, compreendemos que a exploração do trabalho e o acesso à terra eram ainda resquícios que têm suas raízes no Brasil Colônia.

Com isso, percebemos como o sindicato dos trabalhadores rurais, tanto em nível nacional, estadual e municipal participou e lutou arduamente nesse processo de transformação e melhoramento na vida daqueles que trabalham no campo. Toda essa trajetória é fruto de organização, força de vontade, trabalho com sinceridade, dignidade, honestidade e perseverança.

Ao longo de todos esses anos, a atuação do sindicato contribuiu e contribui para a ampliação e o fortalecimento da organização, representação e coordenação da defesa dos direitos classistas (trabalhadores rurais), da agricultura familiar. Sempre reivindicando, propondo e negociando políticas agrícolas diferenciadas, direitos previdenciários dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e políticas sociais que resgatam a área rural, enquanto espaço de vida, de trabalho, luta e construção de conhecimentos capazes de promover as transformações necessárias para o desenvolvimento sustentável da categoria.

Fonte oral:

Entrevista com Antônio Machado Neto, realizada em 28/08/2018.

Documentos impressos:

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores de Coreaú.

Relatórios produzidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreaú.

Transcrição da Carta Sindical, Arquivo do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Coreaú.

Autores desta obra

Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antônio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Nilson Almino de Freitas, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samaronni Moraes de Queiroz, Maely Alves de Mesquita, Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História é o resultado da escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-9539-035-5



9 788595 390355